

SUMÁRIO

Nota à 3ª edição	13
Nota à 2ª edição	15
Nota à 1ª edição	17
Abreviaturas e siglas.....	19
Capítulo I	
Notícia histórica – utilização do MS no ordenamento jurídico brasileiro – a evolução do conceito de direito líquido e certo	21
A. A evolução do MS no sistema constitucional	21
B. Direito líquido e certo – a evolução conceitual.....	23
Capítulo II	
O mandado de segurança na teoria geral do processo	29
A. MS como tutela jurisdicional diferenciada com cognição restrita	29
B. A formação de procedimento especial sincrético.....	36
Capítulo III	
Polêmicas em torno do conceito de Direito Líquido e Certo para fins de Mandado de Segurança	45
A. O Direito líquido e certo é condição da ação, pressuposto processual ou o mérito do mandado de segurança?	45
B. Decadência no mandado de segurança – a sentença que a decreta e seus limites – simples declaração prejudicial e aproveitamento do prazo	51
C. A coisa julgada no mandado de segurança – O cabimento de ação rescisória – a correta interpretação da legislação e das súmulas.....	59
D. Rescisória e sentenças de carência de ação – o caso específico do MS e a teoria da asserção.....	63
Capítulo IV	
Controle dos atos administrativos pelo poder judiciário – o papel do Mandado de Segurança.....	67
A. Momentos e instrumentos de controle dos atos administrativos.....	67
B. O controle de legalidade e mérito do ato administrativo e a existência de limites	68
Capítulo V	
Juízo de admissibilidade da inicial no MS – a aplicação do Art. 285-A	77
A. Aspectos gerais.....	77
B. Aplicação da sentença tipo no mandado de segurança	79

B.1. Os processos repetitivos e a atuação do magistrado ao receber a petição inicial. A sentença <i>initio litis</i> produz coisa julgada: os limites da cognição judicial.....	80
B.2. A recorribilidade da decisão que determina a citação: o cabimento da resolução super-antecipada da lide	82
B.3. O (in) cabimento do dispositivo ao mandado de segurança: os precedentes judiciais.....	85
 Capítulo VI	
A tutela liminar no Mandado de Segurança.....	89
A. Introdução	89
B. Acepções da palavra liminar	89
C. Breves considerações sobre cautelar e tutela antecipada (inclusive inibitória).....	91
D. A liminar no mandado de segurança: os requisitos, a obrigatoriedade e a responsabilidade do autor	95
 Capítulo VII	
Liminar em mandado de segurança: da expectativa de direito ao direito subjetivo. Candidato aprovado no limite das vagas e questões envolvendo a teoria do fato consumado.....	103
A. Aspectos iniciais.....	103
B. Concurso público: o limite entre a expectativa de direito e direito líquido e certo à nomeação	103
C. Aprovação <i>sub judice</i> . Direito à posse e nomeação ou mera expectativa?.....	110
D. Ainda sobre o candidato aprovado e nomeado <i>sub judice</i> : aplicação da teoria do fato consumado?.....	112
D.1. colisão de grupos de direitos fundamentais – preponderância	113
d.2. solução para a colisão entre direitos fundamentais nos casos de aprovação <i>sub judice</i> . O atraso no julgamento do mandado de segurança como instrumento de estabilização de situação fática.....	118
 Capítulo VIII	
Restrições ao cabimento de liminar e à exequibilidade imediata da sentença no MS.....	127
A. Características do procedimento do MS. Exequibilidade imediata da sentença e possibilidade de concessão de medida liminar	127
B. Restrições legais ao cabimento de liminar e à exequibilidade imediata da decisão que concede a segurança – conceitos indeterminados que merecem análise em cada caso concreto	129
C. Outras restrições ao cabimento de liminar e da própria efetividade da sentença em MS.....	134

D. Liminar concedida X sentença denegatória. Continuidade ou não de seus efeitos	136
E. Cabimento de recurso contra a liminar no MS	143

Capítulo IX

O pedido de suspensão de liminar e de sentença no MS – sua análise político-jurídico-administrativa	153
A. Influência política do Executivo no procedimento do pedido de suspensão.....	153
B. Decisões em mandado de segurança – eficácia (em regra) imediata	155
C. Natureza Jurídica do pedido de suspensão e hipóteses de cabimento.....	157
D. Aspectos procedimentais.....	171

Capítulo X

Suspensão de decisões judiciais envolvendo fornecimento de medicamentos: um tema com variação interpretativa	183
A. Introdução	183
B. As ordens judiciais envolvendo fornecimento de medicamentos – Direitos fundamentais em análise	184
B.1. O perigo de efeito multiplicador – o juízo de ponderação em casos concretos.....	184
B.2. Os direitos fundamentais e o (in) cabimento de pedido de suspensão: um tema com variação interpretativa	184

Capítulo XI

Legitimidade e litisconsórcio ativo no MS – um caso de substituição processual no direito individual	191
A. Legitimidade ativa no mandado de segurança individual. Remota possibilidade de sucessão processual. MS impetrado por pessoa jurídica.....	191
B. Hipóteses de litisconsórcio ativo no MS e sua limitação.....	195
C. Substituição processual no polo ativo – mais uma hipótese excepcional no sistema processual.....	200

Capítulo XII

Parte, litisconsórcio passivo e assistência.....	205
A. Considerações preliminares	205
B. Parte e terceiro – conceitos importantes.....	205
C. Partes no mandado de segurança.....	209
D. Mandado de segurança contra ato judicial. A posição do adversário do impetrante na demanda originária e de terceiros atingidos pela decisão que originou o MS	218

E. Litisconsórcio passivo e assistência no mandado de segurança contra ato administrativo	223
E.1. O beneficiado pelo ato impugnado. Sua posição do mandado de segurança	223
E.2. Assistência e amicus curiæ no mandado de segurança	228

Capítulo XIII

O sistema de cumprimento das decisões judiciais	235
A. Aspectos preliminares	235
B. Breve análise sobre a classificação das sentenças e de outras decisões judiciais. Modalidades de efetivação sem ação de execução autônoma	235
C. O sistema de cumprimento das decisões contrárias à fazenda pública	238
D. O cumprimento das decisões mandamentais proferidas no MS (provisórias e definitivas)	241
E. A satisfação da parcela pecuniária decorrente – período litigioso e não litigioso	252
F. Execução individual de decisão oriunda de MS coletivo	256

Capítulo XIV

Aspectos recursais	261
A. Legitimidade/ interesse recursal: o papel situacional da autoridade coatora e dos terceiros atingidos pela decisão judicial	261
B. Medidas judiciais cabíveis em face das medidas liminares em mandado de segurança processados em 1º grau. O cabimento de recurso excepcional em caso de conversão do agravo de instrumento em retido nos autos	264
C. Impugnações em face da sentença: apelação, agravo, pedido de suspensão e o cabimento de reexame necessário	269
D. Recursos contra decisões proferidas em mandado de segurança de competência originária dos tribunais – exaurimento ou não da instância ordinária	274

Capítulo XV

Mandado de segurança em matéria penal: algumas variáveis	281
A. Definição do tema	281
B. Natureza jurídica do mandado de segurança e cabimento no processo penal	281
C. Consequências processuais decorrentes da admissão do ms em matéria penal	284
C.1. Competência – Câmara / Vara Civil ou Criminal?	284
C.2. Formação de litisconsórcio necessário	286
C.3. Contagem dos prazos e cabimento de ação rescisória	288

Capítulo XVI

A competência no mandado de segurança: questões controvertidas	291
A. Definição do tema	291
B. Ato de dirigente de entidade de Ensino Superior.....	292
C. Atos do Conselho Federal da OAB.....	295
D. Decisões dos juizados especiais e respectivas turmas recursais	297
E. Ato praticado por juiz, Desembargador de Tribunal Estadual, Federal, Procurador de Justiça Estadual e dos CNJ e CNMP. Interpretação do Art. 102, I, D, N E R , da CF/88.....	299

Capítulo XVII

Mandado de segurança contra ato omissivo: aspectos ligados a aprovação em concurso público	305
A. A falta do ato e a possível violação de direitos	305
B. O controle da omissão administrativa: limite entre a segurança preventiva e a por omissão.....	306
C. A fluência do prazo de 120 dias para impetração do <i>mandamus</i> : variação interpretativa	308
D. Caso específico do candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas: segurança por omissão ou preventiva?	312

Capítulo XVIII

Polêmicas sobre o MS coletivo e a nova lei do MS	319
A. Introdução	319
B. Interesses discutidos: o problema dos difusos e o limite entre o MSC e a ação popular	320
C. A legitimação ativa.....	323
D. O direito de renunciar a tutela coletiva e a coisa julgada no MSC. (In) constitucionalidade do Art. 22 da Lei 12.016/09	328

Anexos	333
---------------------	-----

Súmulas do STF sobre Mandado de Segurança	335
--------------------------------------------------------	-----

Nova Lei que disciplina o Mandado de Segurança Individual e Coletivo – nº 12.016, de 07.08.09, publicada em 10.08.09	339
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Mensagem de veto nº. 642, de 07.08.09, publicada em 10.08.09	345
---------------------------------------------------------------------------	-----

Referências Bibliográficas	347
-----------------------------------------	-----